



MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 202 - Maio 2014

NOSSA OPINIÃO

- [Uma cúpula sobre florestas com “especialistas”, menos as comunidades](#)

COMUNIDADES, PLANTAÇÕES E FLORESTAS

- [A campanha de propaganda da Stora Enso no Laos](#)
Enquanto a Stora Enso vem causando violações dos direitos humanos na América Latina e na China, onde promoveu plantações industriais de árvores em grande escala, no Laos, a empresa aparentemente adota outro modelo, apresentado como uma história de sucesso. Este artigo comenta e reflete sobre o material de propaganda sobre a experiência da Stora Enso no país.
- [Moçambique: mais plantações de árvores elevam a ameaça à soberania alimentar](#)
A empresa norueguesa Green Resources, que tem investido muito em plantações de árvores em Moçambique, adquiriu recentemente o Global Solidarity Forest Fund, que atua na região através de sua subsidiária Chikweti. A fusão permite à Green Resources ampliar o tamanho de sua operação e consolidar seu negócio de plantação de árvores no leste da África.
- [Argentina: Harvard defende suas monoculturas florestais com todas as forças](#)
Na Argentina, Harvard possui 87 mil hectares de terra na província de Corrientes, com plantações de pinus e eucaliptos geridos por Empresas Verdes Argentinas S. A.. (EVASA) e Las Misiones S. A.. Um grupo de estudantes e professores realizou uma pesquisa sobre o assunto e publicou um relatório crítico das atividades de sua própria universidade em Corrientes.
- [Chile: plantações florestais por trás do fogo de Valparaíso](#)
O trágico incêndio em Valparaíso é um exemplo claro do que está acontecendo em várias partes do centro-sul do Chile, em relação ao enorme risco gerado pelas monoculturas industriais de pinus e eucalipto. Neste caso, as plantações florestais pertencentes à Forestal Valparaíso S.A. circundam as colinas e as populações da cidade.
- [Uruguai: os latifúndios florestais das transnacionais](#)

A presença de empresas transnacionais entre as líderes do setor florestal faz com que o crescente debate sobre a estrangeirização e a concentração de terras no Uruguai as envolva inevitavelmente no processo.

- [O projeto de REDD Ulu Masen da Indonésia: é como vender ar](#)
O projeto Ulu Masen foi desenvolvido em 2008, com o objetivo de gerar 3,3 milhões de créditos de carbono por ano. Ulu Masen se tornou o primeiro projeto de REDD a ser validado pelos Padrões Clima, Comunidade e Biodiversidade (Climate Community and Biodiversity Standards). Em 2012, Chris Lang, da REDD-Monitor, visitou Aceh e descobriu que o projeto não existe mais. Este artigo é baseado em sua visita e em relatórios sobre Ulu Masen (<http://www.redd-monitor.org/tag/ulu-masen/>).
- [Aliança pela Soberania Alimentar dos Povos da América Latina e Caribe](#)
Durante os dias 2 e 3 de maio de 2014, foi realizada em Santiago, Chile, a IV Conferência Especial para a Soberania Alimentar dos Movimentos Sociais da América Latina e Caribe. A atividade foi organizada pela Aliança pela Soberania Alimentar dos Povos da América Latina e Caribe, uma importante articulação formada em 2012, que inclui movimentos sociais indígenas, camponeses, de trabalhadores rurais, pescadores artesanais, mulheres, ambientalistas e ONGs.

POVOS EM AÇÃO

- [Camarões: chamado à ação contra a Herakles Farms](#)
- [Chamado internacional para frear a expansão dos transgênicos](#)
- [Dia Internacional Anti-Chevron](#)
- [Índia: despejados para a “conservação de tigres”](#)
- [A vitória sobre os agentes da concentração de terras em Papua-Nova Guiné](#)
- [Denúncia e propostas do Movimento dos Afetados por Barragens no Brasil](#)
- [Carta de Macapá dos povos livres da Panamazônia](#)

RECOMENDADOS

- [Licence to Launder \(Licença para lavar\)](#)
- [Carbon versus food \(Carbono versus alimentos\)](#)

NOSSA OPINIÃO

-Uma cúpula sobre florestas com “especialistas”, menos as comunidades



Em 5 e 6 de maio deste ano, o CIFOR, um Centro de Pesquisa Internacional sobre Florestas, organizou uma cúpula sobre florestas em Jakarta, Indonésia: a Cúpula de Florestas da Ásia 2014 (1). Os organizadores informam com destaque na página na internet do evento que participaram “chefes de grandes empresas, lideranças da sociedade civil, especialistas em desenvolvimento e os principais cientistas do mundo”. As informações dão conta também de que o desafio do encontro foi: como fazer com que a região asiática “possa mudar de forma mais acelerada para uma economia verde ao manejar melhor suas florestas e paisagens” e buscar “novos caminhos de crescimento verde para o desenvolvimento”. Como continuação do encontro, os organizadores pretendem informar outras iniciativas nacionais e internacionais sobre, por exemplo, “sinergias de ganha-ganha entre mudanças climáticas e desenvolvimento econômico”, além de “reafirmar o potencial do REDD+”.

Apenas olhando para o perfil dos participantes apresentados em destaque já podemos ver que essa cúpula não era para os povos e populações da floresta. Isso apesar de que esses povos e populações também têm seus chefes, suas autoridades, de que também têm conhecimentos, sobretudo as mulheres, que são “especialistas” em florestas. O conhecimento popular construído e repassado de geração em geração faz dos povos e populações das florestas “especialistas” mundiais nos conhecimentos sobre como manter e cuidar da floresta.

Quando povos e populações da floresta falam do futuro e de soluções para a crise das florestas, não costumam falar de promover uma mudança para uma “economia verde” ou buscar “caminhos de crescimento verde”, até porque não inventaram essas ideias e, talvez por isso, ainda mantenham suas florestas intactas. As milhares de comunidades que tiveram seus territórios invadidos por grandes corporações, e outras dezenas também por grandes ONGs para fazer projetos de REDD+, costumam dizer que seria melhor que essas corporações e ONGs voltassem para seus lugares de origem. E parece uma verdadeira contradição quando empresas transnacionais querem ser parte da “solução”, na lógica da “economia verde”, transformando problemas ambientais pelos quais são responsáveis em novas “oportunidades”.

A “economia verde” tem no seu “DNA” a lógica da continuação das atividades destrutivas e degradantes. Enfatiza as vantagens do chamado cenário “ganha-ganha” em que corporações transnacionais consigam continuar destruindo e lucrando, mas compensando a destruição ao conservar áreas consideradas “parecidas” em outro lugar e, além disso, ganhar mais dinheiro com títulos em mercados de “serviços ambientais”. Na prática, a experiência com este cenário nos tem mostrado que as comunidades que vivem e dependem das florestas são as mais prejudicadas por essa “economia e esse crescimento verde” que lhes são impostos.

Os nossos governos deveriam prestar atenção nos encontros do povo, como ocorreu recentemente em Santiago de Chile, onde, na mesma data em que aconteceu a Cúpula do CIFOR, mais de 50 organizações de camponeses, pescadores e outras populações do campo fizeram uma série de recomendações para a Conferência Regional da FAO no Chile (2). Na sua declaração, não aparece nada de “economia ou crescimento verde”. Em vez disso, as mulheres e os homens presentes destacaram o compromisso e a luta pela soberania alimentar como algo crucial para garantir o bem-estar do povo. Afirmam que isso contribuirá para erradicar a pobreza e combater a fome, lembrando que a agricultura camponesa, apesar das dificuldades, alimenta 70% do mundo. Afirmam claramente, e por experiência própria, que não é possível combater as crises ambiental e climática com um enfoque na indústria, nas corporações, com mecanismos de mercado. Para avançar, é preciso um enfoque nos territórios e nos povos que neles habitam, e a construção de saídas para as crises a partir deles e junto com eles.

É preciso mesmo que nossos governos reflitam, em especial sobre esta frase da declaração das organizações e movimentos reunidos no Chile: “Acreditamos que chegou a hora de os governos e os organismos internacionais escutarem as vozes dos Povos”! Para avançar nisso, as próximas cúpulas para discutir a delicada situação das florestas do mundo poderiam ser organizadas de tal forma que as comunidades que dependem das florestas fossem as principais convidadas e protagonistas.

(1) <http://www.cifor.org/forestsasia/>

(2) <http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/2125-declaracion-de-movimientos-y-organizaciones-sociales-ante-33va-reunion-fao-alc>

[Início](#)

COMUNIDADES, PLANTAÇÕES E FLORESTAS

- A campanha de propaganda da Stora Enso no Laos



Desde que adotou, em 1990, o Plano de Ação para a Silvicultura Tropical do Banco Mundial, o governo do Laos começou, com apoio de instituições financeiras internacionais, a converter áreas florestais no país em grandes plantações industriais de árvores, invadindo as terras, as florestas e os meios de subsistência das pessoas. Quando esse processo teve início, cerca de 80% da população do Laos dependiam diretamente das florestas para sua sobrevivência física e cultural. Por si só, essa cifra é um indicador do quanto as pessoas no

Laos foram afetados pela expansão das plantações de árvores, principalmente em seu direito de uso e acesso à terra e à floresta, bem como em sua soberania alimentar.

As plantações de seringueira foram uma das principais monoculturas introduzidas. Em 2007, 40 empresas, principalmente da China, do Vietnã e da Tailândia, estavam plantando seringueiras em uma área de 182.900 hectares (1). O eucalipto também tem sido promovido tanto pela empresa Oji, com 22 mil hectares plantados, quanto pela Stora Enso, com cerca de 700 hectares. O governo do Laos pretende ampliar a área de plantação de árvores para 500.000 hectares em 2020 (2).

A corporação sueco-finlandesa Stora Enso, uma das maiores empresas de celulose e papel do mundo, veio para a Ásia há alguns anos. Como tantas multinacionais, foi atraída pelas oportunidades de obter grandes lucros com os custos mais baixos da mão de obra em países como a China e pelo crescente mercado consumidor interno em alguns países da região. A Stora Enso estava especialmente entusiasmada com a crescente demanda da China por papelão para embalagem. A economia chinesa – de longe a maior economia exportadora do mundo – precisa de muito papelão de embalagem para exportar produtos para consumo em “estilo ocidental” (3). Segundo o site da Stora Enso, “aqui em Beihai, mais de 2.000 quilômetros a sudoeste de Xangai, na província de Guangxi, em breve haverá uma fábrica ultramoderna de celulose e papelão para embalagem”.(4)

A Stora Enso tem causado muitos impactos negativos nos países onde vem promovendo suas plantações industriais de árvores. Durante a assembléia geral da empresa, em 2011, em Helsinque, um grupo de organizações da sociedade civil da Finlândia e da América Latina lançou um comunicado à imprensa declarando que “o lucro da Stora Enso está apoiado em violações das leis ambientais e trabalhistas e do Código Penal na América Latina”.(5) Em 2013, um grupo de onze ONGs finlandesas e internacionais apresentou uma queixa ao Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre violações aos direitos humanos relacionadas às plantações de eucalipto da Stora Enso e sua planejada fábrica de papelão na China.(6)

Apesar desse histórico, qualquer um que tente obter as informações públicas sobre as atividades da empresa no Laos se depara com um vídeo de propaganda, de 7 minutos, no qual a Stora Enso explica o sucesso de seu projeto de plantação de árvores, aparentemente não convencional, em uma área de terras altas, rica em floresta, no norte Laos, onde estão localizados os “bairros mais pobres” do país. Sob o logo “Repense: nossas plantações cultivam mais do que as árvores; elas também produzem alimentos”, o vídeo mostra como o eucalipto não é plantado no Laos como uma simples monocultura, e sim junto com o arroz em um sistema de “agrossilvicultura”.(7)

No entanto, devem-se fazer algumas observações sobre esse vídeo e essa aparente história de sucesso:

O Diretor de Operações da Stora Enso declara que, como a área estava cheia de bombas da guerra do Vietnã, não era possível fazer “agricultura eficiente”, apenas “agricultura itinerante tradicional” e “isso não proporciona comida suficiente para eles”, referindo-se aos moradores das aldeias. Em primeiro lugar, essa afirmação sugere que a Stora Enso subestima a importância das práticas agrícolas tradicionais e itinerantes que, em todo o mundo, têm provado sua eficiência, por exemplo, em termos de insumos necessários para sua manutenção. Além disso, a enorme diversidade de alimentos obtidos através dessas práticas tem garantido a soberania alimentar de milhões de pessoas que dependem da floresta. Em segundo lugar, a afirmação da empresa mostra como a posição da empresa se

encaixa bem na política oficial do governo do Laos para eliminar a agricultura itinerante. Com apoio de agências de fomento alemãs e suecas, o Laos vem implementando há mais de uma década uma política de planejamento e alocação do uso da terra (LUPLA, em inglês) com o objetivo de eliminar as práticas de cultivo itinerante nas terras altas do país, sob o argumento de que a prática causa desmatamento e degradação florestal.

Enquanto isso, facilitou-se a entrada das empresas de plantação nessas áreas, onde as monoculturas de árvores são consideradas como uma prática de “reflorestamento”. A Stora Enso afirma no vídeo que é através de seu “sistema agroflorestal” que ela oferece aos moradores um “lugar seguro para plantar arroz”, em referência à presença de bombas da guerra do Vietnã na região.

É importante ter em mente que o plantio de arroz entre fileiras de eucalipto significa que os agricultores precisam adaptar sua prática de cultivo às características da plantação. Por exemplo, plantar arroz nesse sistema só é possível durante o primeiro ano. Após esse período inicial, o eucalipto de rápido crescimento gera tanta sombra que inviabiliza gradualmente o cultivo de culturas agrícolas. Por um lado, este fato vai levar a Stora Enso a expandir suas plantações a novas áreas para continuar a criar áreas para a produção de arroz para as pessoas da comunidade, enquanto este processo geral resultaria em um constante aumento das áreas de plantação e em uma consequente redução das áreas florestais disponíveis para outros usos por comunidades.

Os representantes da Stora Enso afirmam que contratam moradores locais para trabalhar para a empresa, tanto nas plantações quanto na produção de mudas. Porém, apesar de qualquer plantação inicial precisar de uma quantidade relativamente grande de mão de obra, também se sabe que da forma “eficiente” com que administra suas plantações em outros lugares, a Stora Enso vai reduzi-la ao mínimo possível no futuro, por isso, também se pode esperar uma redução na demanda por trabalhadores. No entanto, pode ser verdade que, no Laos e neste pequeno projeto em particular, a Stora Enso empregue mais pessoas locais que o habitual, mas também se deve mencionar que os custos trabalhistas no país são relativamente muito baixos. Em um momento do vídeo, um morador diz: “Se dizem 25.000 Kip, pagam 25.000 Kip, sem dedução”, em referência ao valor pago pela Stora Enso, no qual 25.000 Kip equivalem a 3 dólares. Esse montante provavelmente se refere ao pagamento diário que as pessoas recebem da Stora Enso para trabalhar nas plantações, não indicando quaisquer benefícios sociais que os trabalhadores deveriam estar recebendo, enquanto o próprio valor mostra um forte contraste com os milhões em lucros que uma empresa transnacional como a Stora Enso tem por ano.

Até 2012, a Stora Enso só tinha plantado 700 hectares, mas o objetivo é estabelecer 35.000 hectares (9). Isso levanta a questão sobre qual é o objetivo final deste projeto de plantação para a empresa? Enquanto a Stora Enso tem como objetivo, como qualquer empresa, obter lucros – e tem feito isso naturalmente indo para o Sul global e comprando centenas de milhares de hectares por preços baixos e, ao mesmo tempo, obtendo mão de obra barata – também está claro que os 700 hectares plantados até agora no Laos não contribuirão para a meta global da empresa de aumentar a produção, considerando a pequena área e as dificuldades em termos de produção, colheita e transporte eficientes nas terras altas do país. Além disso, a empresa parece se apresentar mais como uma “ONG do desenvolvimento”, atuando até na atividade de desenterrar parte dos 2 milhões de toneladas de bombas lançadas sobre o Laos durante a guerra do Vietnã.

O que se pode aprender com essa experiência é que os curtos e maravilhosos vídeos de propaganda de corporações transnacionais como a Stora Enso definitivamente precisam

ser mais bem compreendidos, colocando-se esses projetos no contexto mais amplo das estratégias dessas empresas para saber o que está escondido por trás dessas “histórias de sucesso”. Essa informação é muito relevante para as comunidades envolvidas nesses “projetos de sucesso” e para outras já afetadas negativamente pelas operações da Stora Enso.

Winnie Overbeek, WRM, email: winnie@wrm.org.uy

- (1) <http://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section1/laos-expansion-of-rubber-plantations-more-conflicts-with-communities/>
- (2) Zhou, When, 2012. Transnational paper and pulp: the production of eucalyptus plantations in China and Laos; <http://www.eci.ox.ac.uk/research/ecodynamics/downloads/2012Zhou.pdf>
- (3) <http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/01/EJOLTplantations.pdf>
- (4) <http://www.storaenso.com/rethink/investing-in-china>
- (5) <http://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section2/stora-enso-makes-money-out-of-environmental-crimes/>
- (6) <http://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section2/ngos-filed-a-complaint-to-united-nations-against-stora-ensos-human-rights-violations-in-china/>
- (7) <http://www.youtube.com/watch?v=PeGqGLcOV6E>
- (8) *Ibid.* Zhou, When, 2012
- (9) *Ibid.*

[Início](#)

- Moçambique: mais plantações de árvores elevam a ameaça à soberania alimentar



Moçambique é um país onde as plantações de árvores remontam à época colonial, quando Portugal incentivou o plantio de eucaliptos e pinheiros. Na independência, havia 20 mil hectares de plantações de árvores com espécies exóticas em sete províncias.

Em 1992, a área coberta por plantações de árvores tinha dobrado, chegando a cerca de 40.000 hectares. A promoção ativa de grandes investimentos privados nessas plantações levou à sua expansão e, em 2010, elas chegaram a 62.000 hectares, segundo a FAO. Além disso, uma Estratégia de Reflorestamento em nível nacional fixou o objetivo de estabelecer plantações de árvores em cerca de 1,3 milhão de hectares nos 20 anos seguintes.

Niassa, a maior província de Moçambique, localizada no norte, foi o cenário ideal para a promoção de grandes investimentos em plantações de árvores, devido às condições de solo e clima, adequadas em termos gerais. Lá, empresas e fundos de investimento,

principalmente da Noruega, da Suécia e da Finlândia, têm investido muito nos setores de processamento de madeira e plantio de árvores. Esse é o caso da companhia privada norueguesa Green Resources, com grandes acionistas, como a empresa de investimentos Phaunos Timber Fund Limited e a Storebrand, uma das maiores seguradoras da Noruega (ver Boletim 191 do WRM).

O fundo de investimento Global Solidarity Forest Fund (GSFF), com sede na Suécia – uma iniciativa de igrejas suecas e norueguesas, com investidores que incluem o fundo de pensões holandês ABP (ver Boletim 173 do WRM) – também já iniciou suas operações em 2005 na região, através de sua subsidiária Chikweti. São principalmente plantações de pinus, embora, mais recentemente, esteja plantando até 90% de eucaliptos em suas novas plantações.

Essa expansão tem causado sérios problemas, pois está tomando a terra das machambas, pequenas propriedades familiares usadas para o cultivo de alimentos (ver Boletim 165 do WRM). De acordo com um relatório publicado pela FIAN Internacional para a Hands off the Land Alliance (1), “desde o início do estabelecimento das plantações de árvores, houve reclamações por parte das comunidades nos distritos de Lago, Lichinga e Sanga. Em alguns casos, essas queixas têm gerado resistência e conflitos abertos. Um dos principais impactos causados pelo estabelecimento de plantações industriais de árvores em Niassa é a perda de acesso a terras férteis por comunidades camponesas locais, que as estavam usando para produzir alimentos. Assim, os agricultores se veem obrigados a trabalhar em campos muito mais distantes de suas casas, às vezes gastando horas para chegar até eles. Em alguns casos, casas próximas às plantações foram abandonadas para estar mais perto de novas áreas de produção agrícola ou porque os moradores temem que suas casas sejam destruídas pelo fogo. E de fato, enquanto os camponeses são ameaçados por multas para que evitem queimadas, as empresas plantadoras ainda as usam em suas plantações”.

O relatório também revela que “o acesso a alimentos e aos meios de subsistência das comunidades nas áreas das plantações é reduzido ainda mais pela perda de acesso dessas pessoas às florestas. Os membros das comunidades usam produtos florestais para diversas finalidades: lenha para cozinhar, madeira para produzir carvão, material de construção, obtenção de frutas e algumas plantas da floresta para uso medicinal. Alguns destes produtos florestais também são usados como fontes adicionais de renda. A população local afirma que perde o acesso a esses recursos devido ao estabelecimento de plantações de árvores, seja porque as empresas florestais lhes negam o direito de acesso às plantações para que recolham lenha, seja porque as florestas nativas são cortadas”.

Agora, a situação provavelmente se agravará. A Green Resources adquiriu recentemente o Global Solidarity Forest Fund (GSFF). A fusão permite à empresa aumentar a escala de sua operação e consolidar seu negócio de plantação de árvores no leste da África. Isto implica mais plantações de pinus e eucalipto e, conseqüentemente, mais ameaças à soberania alimentar das comunidades moçambicanas.

Artigo baseado em informações de: “The Human Rights Impacts of Tree Plantations in Niassa Province, Mozambique”, publicado por FIAN Internacional para Hands off the Land Alliance, Setembro 2012, http://www.fian.org/fileadmin/media/publications/PR_2012_10.16_Tree_plantations_Niassa_Mozambique.pdf

- Argentina: Harvard defende suas monoculturas florestais com todas as forças



A Universidade de Harvard, por meio da Harvard Management Company (HMC), é dona do maior fundo de investimentos do mundo, que opera 32 bilhões de dólares por ano. Desse total, cerca de 15% são dedicados a investimentos florestais no mundo.

Na Argentina, Harvard possui 87 mil hectares de terras na província de Corrientes, com plantações de pinus e eucaliptos que são gerenciadas por duas firmas: Empresas Verdes Argentinas S. A. (EVASA) e Las Misiones S. A..

O sistema de produção mediante plantações de árvores em grande escala na Argentina é ideal para obter lucros rápidos, pois emprega trabalhadores em menor número e em condições precárias, porque recebe apoio dos governos nacionais e provinciais, que dão isenções de impostos e estabilidade fiscal, e porque as condições climáticas permitem um rápido crescimento das espécies usadas: pinus e eucalipto.

Estes investimentos da HMC têm sido criticados por grupos ambientalistas e moradores, que denunciam o impacto ambiental e a concentração de terras por parte das empresas. No entanto, este questionamento só se tornou público recentemente, quando um grupo de estudantes e professores de Harvard realizou uma pesquisa sobre o assunto e publicou um relatório crítico sobre as atividades de sua própria universidade em Corrientes (1).

Em abril, junto com o meu companheiro camponês do Iberá, Adrián Obregón (2), tive a oportunidade de viajar à Universidade de Harvard, convidado por um grupo de estudantes e professores preocupados com a falta de ética dos investimentos de sua própria universidade.

Lá, em uma reunião com Lars Peter Knuth Madsen, secretário particular da reitora de Harvard, Kathryn Murtagh, diretora-geral da HMC, e Jameela Pedicini, sua vice-presidente de investimentos sustentáveis, tivemos a oportunidade de ouvir pessoalmente os argumentos de Harvard em defesa de seus investimentos.

Enquanto ainda estávamos voando de volta a Corrientes, na Argentina, Andrew Wiltshire (diretor-gerente de ativos alternativos da HMC), publicou no jornal universitário de Harvard (The Crimson) uma dura resposta às nossas afirmações, fazendo uma defesa firme das monoculturas de árvores.

A linha de argumentação da HMC se baseia, o tempo todo, nos grandes mitos sobre a atividade florestal. Apoia as plantações em florestas, afirma que elas ajudam a combater a

mudança climática e argumenta que a certificação florestal do FSC garante a sustentabilidade ambiental, a igualdade social e a responsabilidade empresarial para com a comunidade.

Se os amplos debates mundiais realizados contra esses mitos em várias organizações ambientalistas, camponesas, indígenas e trabalhistas fossem pouco para os gestores do HMC, bastaria ver o que acontece no caso concreto do nosso território, que é que motivou esta discussão.

Dos 87 mil hectares de propriedade da HMC em Corrientes, cerca de 50% estão dentro da Reserva Provincial Iberá, um ecossistema de estuários, banhados e lagoas. Foram plantados milhões de árvores em zonas úmidas, savanas e campos de alto valor de conservação, como revelado por WWF e BirdLife, substituindo-os por uma monocultura de pinus, onde não cresce outra coisa.

A HMC afirma que criou reservas e zonas-tampão do impacto florestal, mas, na maior parte, isso foi feito em locais marginais para a produção, onde seria muito caro para a empresa plantar pinus. Em muitos locais onde seus próprios técnicos recomendaram que retirasse os pinus e parasse de plantar, eles ignoraram completamente as recomendações, por exemplo, em áreas onde cresce a rara palmeira anã (*Butia paraguayensis*), espécie nativa classificada como de extrema vulnerabilidade pela IUCN.

Em Corrientes, muitos estudos comparam a biodiversidade existente em locais de pecuária extensiva com a que há em monoculturas florestais. O caso paradigmático é a coexistência do veado-campeiro com o gado na região dos banhados de Aguapey (costa leste do Iberá) e o desaparecimento do mesmo à medida que avançam os florestamentos com pinus. Além disso, a iniciativa “Aliança das pastagens” destaca a grande conveniência da pecuária em pastagens naturais para a manutenção da biodiversidade.

Adrián Obregón, o importante líder camponês que discutiu cara a cara com a HMC, é da localidade de Montaña, nos pântanos do Iberá, área rural na fronteira com a fazenda Santa Julia, de propriedade de Las Misiones S. A.. “Muitos moradores de Montaña têm em cima de si as plantações florestais de Santa Julia”, diz Adrián”. Também na Lagoa de Ipacarapá, que faz parte do nosso território ancestral e em cuja margem estava a casa do meu avô, hoje está tudo florestado, e se encontra pinus até na água. Existe apenas um pequeno monte nativo ao qual não temos acesso sem ‘invadir’ propriedade privada. A empresa Las Misiones S.A. é proprietária de um terço da lagoa”, diz ele.

Ipacarapá é uma parte central da cultura guarani da região, por ser lugar de recreação, pesca e símbolo de muitas lendas e muitos mitos ancestrais. Hoje a fisionomia da lagoa foi destruída e os habitantes originais não têm por onde chegar a ela, mas para a HMC e sua certificadora Rainforest Alliance, isso não faz parte do direito dos povos indígenas. Nos relatórios de certificação do FSC para a EVASA e a Las Misiones, apenas se marca com um X a alternativa “não se aplica” no que se refere aos povos originários, ignorando sua existência.

Outro exemplo da falta de correspondência entre o discurso da responsabilidade e a gestão concreta é o que acontece com as estradas rurais. Os caminhões das empresas florestais de Harvard são os principais responsáveis pela degradação das estradas. No povoado de Chavarría, o princípio da solução veio depois que os moradores, cansados da falta de resposta às suas queixas, cortaram a rota 22 e bloquearam a passagem de caminhões da EVASA.

Em relação aos mecanismos de diálogo previstos pelo sistema de certificação FSC, podemos dizer que eles estão ausentes em Corrientes. A Las Misiones S. A. obteve recentemente a certificação florestal, mas em 18 de maio, em sua página na internet (www.lasmisionessa.com.ar), não havia informações nem notícias sobre qualquer convocatória para reunião. Por outro lado, a página do FSC na Argentina simplesmente não existe. Em povoados vizinhos, também não foi convocada nenhuma reunião pelos meios de comunicação.

As reivindicações a Harvard acordadas por camponeses, trabalhadores e ambientalistas na área são simples e claras:

- 1) Que se permita e se garanta a livre organização dos trabalhadores e que haja um mecanismo transparente e sincero para apresentar suas reivindicações de melhorias trabalhistas às empresas.
- 2) Que se interrompa a expansão das plantações até que seja feito um estudo de impacto ambiental verdadeiro, público, participativo e cumulativo de todas as plantações.
- 3) Que se estabeleça uma zona-tampão entre as plantações e os pequenos produtores e camponeses.

Notas

(1) <http://www.oaklandinstitute.org/informe-harvard-argentina>

(2) Delegado provincial da FONAF (Federação de Organizações Nacionais da Agricultura Familiar) e Vice-presidente da APPPC (Associação Provincial de Pequenos Produtores Correntinos)

Autor: Emilio Spataro, Coordenador de “Guardianes del Iberá”, e-mail: coordinador@salvemosalibera.org

[Início](#)

- Chile: plantações florestais por trás do fogo de Valparaíso



No início de 2012, incêndios ferozes afetaram milhares de hectares em várias regiões, incluindo a Araucanía e Região do Bío-bío, no centro-sul do Chile. Nessas regiões, e em Maule, que têm os mais altos níveis de desemprego, emigração e pobreza do país, concentram-se quase todos os mais de três milhões de hectares de plantações com monoculturas de árvores exóticas, principalmente pinus e eucaliptos, estabelecidos com políticas governamentais de incentivo, expansão e projeção. As holdings CMPC – dona da Forestal Mininco próprio S.A. – e ARAUCO, dois dos principais grupos econômicos do Chile, detêm 70% do negócio florestal e suas plantações invadiram terras ancestrais

Mapuche (ver Boletim 174 do WRM). As plantações industriais de pínus e eucalipto secam as terras, sugam as camadas subterrâneas de água e geram verdadeiros “desertos”, no sentido de ausência de diversidade vegetal, nos quais, somando-se às temperaturas e à secura de suas estruturas, principalmente de pinheiros, acarretam um perigo constante de focos de incêndio.

Naquela ocasião, os incêndios tiveram o dramático saldo de vários brigadistas mortos. Autoridades e empresários acusaram setores mapuches pela tragédia. Por sua vez, várias organizações mapuches responsabilizaram diretamente as empresas e denunciaram que se tratava de uma campanha orquestrada a partir de setores político-empresariais, que não só procuravam um motivo para desviar a atenção das verdadeiras responsabilidades, mas também, com racismo explícito, aumentar a criminalização e o estigma contra aqueles que reivindicam seus direitos e/ou defendem seus territórios.

Em 12 de abril de 2014, a ameaça de incêndio em monoculturas industriais de árvores voltou a se manifestar em uma tragédia em Valparaíso. O incêndio causou 15 mortes, consumiu mais de 900 hectares e destruiu cerca de 3.000 casas em uma cidade portuária cercada por plantações de espécies exóticas altamente inflamáveis, que fazem fronteira com suas serras e povoados. Como reflete a organização Mapuexpress (1), trata-se de um exemplo claro do que está acontecendo em várias partes do centro-sul do Chile em relação ao enorme risco que geram monoculturas industriais de pínus e eucalipto.

Mary T. Kalin Arroyo, Prêmio Nacional de Ciências 2010 e diretora do Instituto de Ecologia e Biodiversidade (IEB) da Universidade do Chile – citada por Mapuexpress – enviou recentemente uma carta ao setor de opinião do jornal La Tercera, expressando sua preocupação diante da “tragédia associada ao incêndio em Valparaíso neste fim de semana”, o qual, disse ela, “nos obriga a refletir sobre suas causas e por que o controle foi tão difícil”.

Neste sentido, Kalin diz que “um aspecto pouco mencionado (com relação ao fogo no porto) é a composição da vegetação natural das colinas de Valparaíso, o matorral típico do Chile, que é inflamável, mas não tanto quanto as espécies exóticas que foram plantadas na zona (eucalipto, pínus e acácia). O *Eucalyptus globulus* é considerado uma das plantas mais pirofíticas do mundo. As folhas contêm compostos voláteis que produzem incêndios explosivos. Uma vez acesa, a casca se desprende, produzindo mais focos. Os pínus têm um alto teor de resinas nas folhas. A Acácia delata, que é comum na região central do Chile, está incluída na lista das plantas mais inflamáveis da Tasmânia, de onde é nativa”.(2)

Por sua vez, o jornal eletrônico El desconcierto diz que o foco do incêndio que devastou gravemente os cerros de Valparaíso está cercado por plantações florestais pertencentes à Forestal Valparaíso S.A. E acrescenta: “Além disso, espécies como o pinheiro contêm e segregam terebintina, uma substância inflamável que, com a exposição ao calor, pode propagar ou iniciar incêndios. A esta situação, somam-se as salvaguardas nulas, tais como corta-fogos com dimensões compatíveis com a realidade nacional, onde há cerca de 2,9 milhões de hectares de plantações florestais entre a região de Valparaíso e a Araucanía, dos quais 68% são monoculturas de pinheiro (*Pinus radiata*) e 23% de eucalipto (*Eucalyptus* spp.)”.(3)

A indústria florestal e alguns setores políticos têm planos de dobrar a área de plantações florestais, mas devem considerar o que Mary T. Kalin disse em sua carta: “... Temos de tirar lições”.

Artigo baseado em informação de:

(1) “Incendio en Valparaíso ¿Más expansión de pinos y eucalpitus?”,

Mapuexpress, <http://mapuexpress.org/incendio-en-valparaiso-mas-expansion-de-pinos-y-eucalpitus/>

(2) “Incendio en Valparaíso”, <http://www.latercera.com/noticia/opinion/correos-de-los-lectores/2014/04/896-573964-9-incendio-en-valparaiso.shtml>

(3) “Incendio en Valparaíso: las responsabilidades del sector forestal”, <http://eldesconcierto.cl/incendio-de-valparaiso-las-responsabilidades-del-sector-forestal/>

[Inicio](#)

- Uruguai: os latifúndios florestais das transnacionais



No início da década de 90, e como consequência da Lei Florestal de 1987, a área de plantações de árvores começou a crescer muito no Uruguai, com índices anuais de plantio que, por vezes, eram superiores a 50 mil hectares.

Nos primeiros anos da década, as transnacionais ainda não ocupavam uma posição hegemônica no setor em termos de área plantada, mas foram criadas duas subsidiárias que assumiriam rapidamente um papel de destaque: EUFORES S. A. e Forestal Oriental. A primeira é uma subsidiária do grupo espanhol Ence; a segunda, um consórcio entre dois sócios majoritários – a holandesa Shell e a finlandesa UPM-Kymmene. Ambas começaram rapidamente a plantar eucaliptos no oeste do país. A Shell começou a se desfazer de suas plantações em favor da Ence. Com a chegada da sueco-finlandesa Stora Enso ao centro do país, em 1996, e da norte-americana Weyerhaeuser ao norte, em 1997, começa no Uruguai a época das transnacionais, que passam a dominar claramente a compra de terras para a silvicultura (*).

Esse período corresponde a uma primeira fase de expansão do capital madeireiro dos países do Norte, que consiste em uma ampliação de suas plantações para alimentar suas plantas industriais na Europa ou na América do Norte. A Ence, por exemplo, alimentava com madeira uruguaia suas fábricas de celulose e papel na Espanha. No período seguinte, as mesmas empresas procurariam estabelecer suas fábricas de celulose ao lado de suas novas plantações na América do Sul, como é o caso das plantas da Ence e da UPM no Uruguai.

Com a crise financeira de 2008, no fim do período, apenas os projetos de fábricas de celulose da UPM e da Ence continuam de pé – esta última, agora operada pelo consórcio

Montes del Plata, formado pela Stora Enso e a chilena Arauco, que reúnem, além da fábrica de celulose, mais de 270.000 hectares de terra. Nesse momento, o setor se concentra muito, com a saída progressiva de pequenos produtores silvícolas.

Principais empresas com atividade silvícola no Uruguai até 2011

Empresa	Capitais	Propriedade de terras (ha)	Plantações administradas (ha)
Montes del Plata (Stora Enso y Arauco)	Suécia, Finlândia, Chile	270,000	156,500
Forestal Oriental (UPM)	Finlândia	231,500	151,000
Global Forest Partners	Estrangeiros	140,595	n/a
Weyerhaeuser	Estados Unidos	140,000	55,000
Forestal Atlántico Sur	Chile, Uruguai	75,000	--
Grupo Forestal	Chile	40,000	16,000
Regions Timberland Group	Estados Unidos, países europeus	32,500	20,150
Phaunos Timber Fund	-	31,500	--
Cofusa	--	30,000	--
Caja de Profesionales Universitarios	Uruguai	18,000	--
Caja Bancaria	Uruguai	18,000	7,739
Caja Notarial	Uruguai	12,748	9,102
FYMNSA	Uruguai	8,751	--
Riermol	--	8,610	--
GMO Renewable Resources	--	--	25,000

Nota: As células vazias correspondem a dados que não puderam ser obtidos.

Fonte: Elaborado pelo autor

A presença de empresas transnacionais entre as líderes do setor florestal faz com que o crescente debate sobre a estrangeirização e a concentração da terra no Uruguai as envolva inevitavelmente no processo. Há uma clara reconcentração fundiária em curso na região, intimamente ligada ao aumento do preço das commodities agrícolas e dos produtos florestais nos primeiros anos deste século.

A esse respeito, deve-se fazer uma distinção entre a concentração de terras e as plantações de árvores. Na região, quando uma empresa compra terras, existem áreas

rochosas, zonas úmidas, estradas internas, trechos de mata nativa, etc, que limitam o plantio. No Uruguai se plantam, em média, 61% das propriedades, de modo que uma empresa sempre tem muito mais área de terra do que plantações no país.

A essa distinção necessária entre terra e plantações se acrescenta uma segunda dificuldade: algumas empresas recorrem a contratos com terceiros para aumentar a área que cultivam, arrendando-lhes terra ou lhes dando insumos e formação para que plantem de acordo com as normas da própria empresa, a qual, em troca, compromete-se a comprar a colheita.

Outra dificuldade surge quando se quer ir além de uma quantificação da concentração em nível de países, e entender esse fenômeno em níveis locais. As empresas geralmente divulgam números totais sobre seus ativos, sendo exceções as vezes em que publicam com precisão a localização exata de suas plantações e terras.

Raciocinando por estado, o índice de concentração de plantação é ainda maior na silvicultura do que na altíssima concentração de terras agrícolas. Em 2009, cinco empresas agrícolas do Uruguai representavam “mais de 20% das terras semeadas no país”, com a diferença de que a maior parte dessas terras estava alugada a terceiros. Por outro lado, em 2010, quatro empresas concentravam 31% das plantações de árvores do país ou cerca de 300.000 dos 950.000 hectares plantados. Ao contrário das empresas agrícolas, essas companhias são proprietárias da maior parte dessas áreas.

Medir o percentual do total de plantações de um dado território em poder de cada empresa é uma forma de entender melhor a hierarquia entre os diferentes atores do setor. Mas não só isso; também permite diferenciar situações em que uma única empresa domina a atividade e seus efeitos locais sobre a sociedade (empregos diretos e induzidos, dinamização da atividade comercial, sociabilidade...) de zonas onde várias empresas estão presentes ao mesmo tempo. Portanto, possibilita fazer uma diferenciação entre zonas muito dependentes de um único ator produtivo e outras cujo grau de dependência é menor.

Refinando-se ainda mais a escala da análise, pode-se ver como algumas empresas concentram altas porcentagens de plantações de árvores em nível local. No litoral uruguaio, as transnacionais Forestal Oriental e Montes del Plata dividem o espaço e concentram entre 30% e 40% das plantações. O resto do território também apresenta alta concentração de terras, mas em menor grau, com valores em torno de 25% para o norte e o sudoeste. O sudeste tem um baixo grau de concentração devido à coexistência de várias empresas e de muitos proprietários de plantações de médio e pequeno porte.

Os valores de concentração acima de 20% designam os territórios onde muito poucas empresas dominam o setor madeireiro, o que lhes dá um alto poder de barganha com as autoridades públicas. É nessas regiões que fica visível a dependência social sobre estes atores.

(*) Embora a use como termo equivalente, o autor optou pela palavra “silvicultura”, e não “florestamento”, para se referir de forma mais clara ao que fazem as empresas “florestais”: cultivam árvores, como agricultores que esperariam vários anos para colher o que plantaram, trabalhando a terra e usando pesticidas. O termo “florestamento”, construído pelas instituições que promovem as monoculturas de árvores, como a FAO, inviabilizaria o caráter agrícola da atividade e incentivaria uma confusão entre florestas naturais e plantações silvícolas, atribuindo qualidades ambientalmente positivas a estas, como se fossem ecossistemas nativos.

Enviado por Grupo Guayubira, <http://www.guayubira.org.uy>, email: info@guayubira.org.uy, artigo extraído e adaptado de “Forestación, territorio y ambiente. 25 años de silvicultura transnacional en Uruguay, Brasil y Argentina”, Pierre Gautreau, 2014, Editorial Trilce, Uruguay.

[Início](#)

- O projeto de REDD Ulu Masen da Indonésia: é como vender ar



O projeto Ulu Masen foi desenvolvido em 2008, com o objetivo de gerar 3,3 milhões de créditos de carbono por ano. Ulu Masen se tornou o primeiro projeto de REDD a ser validado pelos Padrões Clima, Comunidade e Biodiversidade (Climate Community and Biodiversity Standards). Em 2012, Chris Lang, da REDD-Monitor, visitou Aceh e descobriu que o projeto não existe mais. Este artigo é baseado em sua visita e em relatórios sobre Ulu Masen (<http://www.redd-monitor.org/tag/ulu-masen/>).

Cobrindo uma área de 770 mil hectares na província de Aceh, no norte de Sumatra, o projeto Ulu Masen foi desenvolvido pela organização de conservação Fauna & Flora International (FFI), pela empresa de comércio de carbono Carbon Conservation e pelo então governador de Aceh, Irwandi Yusuf. Seu objetivo era gerar e vender 3,3 milhões de créditos de carbono por ano para financiar “projetos de conservação e desenvolvimento para as comunidades locais”.

A área do projeto consistia em 428.757 hectares de concessões madeireiras e 310.991 hectares de floresta protegida. As concessões madeireiras estavam inativas por causa da moratória da extração de madeira introduzida em 2007 e devido a pressão de moradores e ONGs para impedir que as empresas reativassem as concessões. “Mesmo sem REDD, era decisão deles manter sua floresta”, explicou o líder indígena Anwar Ibrahim, que mora no limite da área do projeto Ulu Masen. Desde 2007, ele participou de mais de 30 reuniões sobre REDD.

Em 6 de fevereiro de 2008, Ulu Masen se tornou o primeiro projeto de REDD a ser validado pelos Padrões Clima, Comunidade e Biodiversidade. Em 2008, o banco Merrill Lynch, agora Bank of America, prometeu comprar 9 milhões de dólares em créditos de carbono do projeto. Em 2011, sem créditos de carbono gerados, a Carbon Conservation vendeu 50% de suas ações à mineradora canadense East Asia Minerals Corporation.

Questões não resolvidas

Pesquisa publicada em novembro de 2009 na Environmental Research Letters considerou

que o projeto “pode não reduzir significativamente o desmatamento no norte de Sumatra”, porque uma grande quantidade de floresta dentro da área do projeto de REDD proposto está protegida na prática, por ser inacessível, e também grande parte das florestas de várzea do norte de Sumatra permanecerá fora do REDD e será exposta à expansão combinada de plantações de dendê (palma africana) de alto rendimento e redes rodoviárias.

A mudança de concessões madeireiras para floresta protegida e a implementação de áreas protegidas têm implicações para a posse da terra, que não foram resolvidas quando o Documento de Concepção do Projeto de Ulu Masen foi produzido no final de 2007. A posse da terra é uma questão crucial para as comunidades, e o fato de não ter sido resolvida levantou questionamentos sobre como as comunidades poderiam dar seu consentimento “prévio” e “informado” a um projeto no qual as consultas sobre questões fundamentais, incluindo a posse da terra, ainda não tinham sido concluídas.

REDD: longe de ser claro

Em um relatório publicado em 2010 pelo Institute for Global Environmental Strategies, Lesley McCulloch entrevistou Pak Sabibasyah, líder indígena de Geumpang, no distrito de Pidie. Pak Sabibasyah disse a ela que:

“Nos informaram muito pouco sobre o REDD. A FFI esteve aqui para discutir com a gente, mas principalmente no contexto da proteção de florestas e rios para os nossos vizinhos que moram rio abaixo. Estamos querendo saber se o próprio pessoal da FFI entende o REDD, porque a informação está longe de ser clara. O que nós queremos é muito simples: não nos tratem como crianças em nosso próprio território, nós somos a parte interessada mais importante no projeto de REDD. Porque vocês têm informações que nós não temos, e como pode ser assim, quando o projeto tem a ver com as nossas vidas, e não com as de vocês? Essa é a nossa pergunta à FFI”.

McCulloch comentou: “Infelizmente, não houve qualquer consentimento livre, prévio e informado por parte dos povos indígenas, nem o apoio e o envolvimento total (ou mesmo parcial) das comunidades locais”.

SmartWood é um programa da ONG The Rainforest Alliance (RA), que administra Serviços de Verificação em várias áreas, incluindo a verificação e validação de projetos de carbono. Em 2008, o programa fez uma Auditoria de Validação do projeto Ulu Masen. Embora a auditoria tenha acabado validando o projeto, o relatório do SmartWood revelou que “membros importantes da FFI não tinham visto ou sabiam muito pouco” sobre o Documento de Concepção do Projeto. Isto deveria ter levantado sérias questões acerca do nível de informação das comunidades sobre o projeto e das implicações para a subsistência delas.

Anwar Ibrahim, líder indígena que vive na borda da área do projeto Ulu Masen, contou ao REDD-Monitor em 2012 como ouviu falar de REDD pela primeira vez:

“Em 2007, Frank Momberg, da FFI, organizou uma reunião no Hotel Hermes de Banda Aceh. Foi quando a discussão tratou do carbono e da idéia de que as pessoas iriam ganhar dinheiro se mantivessem a sua floresta. A idéia do Ulu Masen veio da FFI, agindo como intermediária entre o Governo de Aceh e investidores. Desde então, continuamos ouvindo falar de REDD, REDD+, REDD++, mas não me pergunte o que significa, porque eu não sei”.

Em Aceh, T. Camarud Zaman, chefe da aldeia de Sarah Raya, que fica dentro de Ulu Masen, perguntou:

“Qual é o processo do REDD? Nós ouvimos que o carbono foi vendido. Onde está o dinheiro? Ouvimos rumores de que o mapa produzido com o apoio da FFI não foi aceito pelo governo porque há áreas de comunidades dentro dele. Os membros das comunidades estavam envolvidos no mapeamento, mas não sabem qual é o seguimento disso”.

Além de perguntas de comunidades locais, também houve questionamentos sobre o projeto Ulu Masen REDD em outros espaços. Em maio de 2008, a empresa de consultoria Development Alternatives fez um relatório sobre o potencial para o Programa de Serviços Ambientais da USAID entrar nos mercados de carbono, na Indonésia. “Em níveis governamentais, não existe capacidade de implementar um projeto de mercado de carbono”, concluiu a Development Alternatives, acrescentando que, “felizmente, esses projetos provavelmente serão aplicados particulares ou em uma parceria público-privada”.

Em seu relatório, a Development Alternatives inclui uma lista de questões que o projeto Ulu Masen não tinha abordado publicamente, incluindo:

- * As muitas e extremamente importantes questões relacionadas à posse da terra;
- * As questões de distribuição de benefícios, relacionadas a quanto, quem, o quê, onde e quando do fluxo financeiro;
- * Os acordos entre os proponentes do projeto. Há um processo não transparentes, com os proponentes do projeto estipulando quais são os seus acordos, e
- * As atividades de campo com as comunidades, sobre 750 mil hectares, só descritas e definidas em termos gerais.

O relatório da Development Alternatives foi publicado três meses após o SmartWood ter validado o projeto Ulu Masen, atestando que estava em conformidade com o padrão CCBA. As questões levantadas não foram abordadas e, cinco anos depois, o Ulu Masen se tornou o primeiro projeto de REDD a perder seu status na validação CCBA.

Nenhum crédito de carbono foi vendido a partir do projeto Ulu Masen, e a FFI retirou seu apoio. Dorjee Sun, chefe da Carbon Conservation, não respondeu às perguntas do REDD-monitor sobre o projeto. O projeto de REDD Ulu Masen está completamente paralisado. Enquanto isso, as florestas de Aceh estão mais ameaçadas do que nunca.

[Início](#)

- Aliança pela Soberania Alimentar dos Povos da América Latina e Caribe

Alianza Soberanía Alimentaria América Latina/Caribe



Durante os dias 02 e 03 de maio de 2014 foi realizado em Santiago, Chile, a IV Conferencia Especial para a Soberania Alimentar dos Movimentos Sociais da América Latina e Caribe. A atividade foi organizada pela Aliança pela Soberania Alimentar dos Povos da América Latina e Caribe, uma importante articulação de movimentos sociais indígenas, camponeses, de trabalhadores rurais, pescadores artesanais, mulheres, ambientalistas e ONG's formada em 2012.

A Aliança pela Soberania Alimentar dos Povos da América Latina e Caribe busca articular setores do campo e da cidade com o objetivo de unificar as bandeiras comuns em prol da Soberania Alimentar.

Com o lançamento pela FAO do Ano Internacional da agricultura Familiar e sua preocupação prioritária em erradicar a fome e a pobreza na América Latina e Caribe as diversas organizações que compõem a Aliança consideraram importante reunirem-se para debater quais são as principais considerações que os movimentos sociais têm sobre essas importantes questões.

A primeira consideração que a Aliança destacou é que a terminologia agricultura familiar é insuficiente. Atualmente o setor que produz alimento em pequena escala e contribui com a soberania e segurança alimentar dos povos latino americanos e caribenhos são homens e mulheres, agricultores familiares, camponeses, indígenas e pescadores artesanais.

Os movimentos sociais reconhecem e valorizam os esforços da FAO em erradicar a fome e a pobreza. No entanto, não se pode resolver um problema sem atacar as suas causas. O modelo de produção e comercialização industrial de larga escala baseado na monocultura e utilização de agrotóxicos e adubos sintetizados foi o grande causador da concentração de terra e renda, que expulsou milhares de pessoas do campo e junto com ela exterminou culturas e biodiversidade; além da contaminação ambiental: seres humanos, cursos d'água, solos.

É por isso que os movimentos sociais reafirmam que somente com soberania alimentar será possível erradicar a fome e a pobreza no campo e para isso a FAO deve considerar a agricultura de pequena escala de produção de alimentos saudáveis como parte importante da solução desses grandes problemas que assolam a humanidade: a fome e a pobreza.

Nesse sentido, a Conferência declarou alguns pontos centrais a serem considerados pela

FAO no próximo período. Dentre eles está a demarcação das terras indígenas; a efetivação da reforma agrária integral; a priorização de políticas públicas que promova a soberania alimentar (pequenas indústrias de processamento, desenvolvimento da pesca artesanal, alimentação escolar, políticas estatais de subsídios e compras públicas); a garantia dos direitos dos trabalhadores assalariados rurais e o fim do trabalho escravo.

Para além do debate a ser feito pela via institucional a partir do diálogo com a FAO, os integrantes da Aliança reafirmaram o seu compromisso em continuar a luta incessante pela produção de alimentos saudáveis, defendendo a terra, as sementes crioulas, preservando a biodiversidade, protegendo o meio ambiente e alimentando a humanidade.

Por Dayana Mezzonato do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil e da Via Campesina

Veja também a declaração do encontro (EM ESPANHOL) em http://www.biodiversidadla.org/Principal/Coberturas_especiales/IV_Conferencia_Especial_para_la_Soberania_Alimentaria/Declaracion_sobre_la_Biodiversidad_para_el_Sustento_%21Debemos_detener_ya_la_destruccion_de_las_bases_de_nuestra_subsistencia

[Início](#)

POVOS EM AÇÃO

- Camarões: chamado à ação contra a Herakles Farms

Em um contexto de enormes concessões de terras em Camarões nos últimos cinco anos, uma decisão presidencial de 2013 concedeu à empresa Herakles Farms, com sede nos Estados Unidos, quase 20 mil hectares de terra nativa para o estabelecimento de uma plantação de dendê (palma africana) em grande escala. A decisão ignora a antiga oposição da população e das organizações locais ao projeto que destruiria uma área densamente florestada. A ação gerou um “chamado à ação” internacional, com amplo apoio, em dezembro de 2013, exigindo que o presidente cancelasse a decisão.

O Greenpeace está fazendo outro “chamado à ação” para condenar e impedir a comercialização de madeira pela Herakles Farms. Um comunicado à imprensa de 27 de maio deste ano denuncia como a empresa está “tentando resgatar a sua difícil situação financeira” e por isso estabeleceu “conluio com membros do governo para obter uma licença ilegal para exportar madeira” à China. Essa madeira havia sido “ilegalmente derrubada para estabelecer uma plantação de dendzeiros na região Sudoeste do país”.

See <http://www.greenpeace.org/international/en/getinvolved/Stop-Herakles-Timber/>

[Início](#)

- Chamado internacional para frear a expansão dos transgênicos

Uma ampla coalizão de organizações iniciou um chamado internacional para pedir às partes da Convenção da Diversidade Biológica e do Protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança que implementem regulamentações vinculantes para frear a expansão de organismos geneticamente modificados no meio ambiente.

Já existem casos documentados de invasão de plantas transgênicas em populações silvestres e ecossistemas, bem como a contaminação pela presença de transgenes em variedades autóctones e locais de plantas cultivadas, como o milho, no México, e o arroz, na China.

O impacto de longo prazo do fluxo descontrolado de transgenes no meio ambiente pode ser irreversível. Por outro lado, os enfoques técnicos propostos pela indústria e por alguns governos – como as tecnologias de restrição de uso genético (GURTs, na sigla em inglês, também conhecida como Terminator) – não apenas não darão qualquer solução, mas também implicam novos riscos e servem para impedir que os agricultores reproduzam suas sementes.

As organizações que assinam o chamado têm como objetivo levantar um amplo apoio da sociedade civil, e levarão as demandas às reuniões das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e da Convenção da Diversidade Biológica, que acontecerão em setembro/outubro de 2014, na Coreia do Sul.

<http://www.stop-the-spread-of-transgenes.org/>

[Início](#)

- Dia Internacional Anti-Chevron

Marcando o Dia Internacional Anti-Chevron, em 21 de maio, a União dos Afetados/as pela Texaco (Equador), a Confederação Mapuche de Neuquén (Argentina), a Richmond Progressive Alliance, a Asian Pacific Environmental Network (Richmond-Estados Unidos), a Environmental Rights Action/Friends of the Earth Nigeria e a Kebetkache Women Development and Resource Centre (Nigéria), e as Comunidades da Região de Vaslui (Romênia), fizeram uma declaração pública contra as práticas abusivas e irresponsáveis da empresa Chevron.

O protesto contra a petroleira aconteceu nos dias anteriores à reunião de acionistas, realizada em 28 de maio passado, em Midland (Texas, Estados Unidos). A Declaração, apoiada por mais de 300 organizações no mundo, exige que a petroleira se responsabilize por todos os danos que causou ao meio ambiente e aos direitos humanos.

<http://www.antichevron.com/declaracion.html>

[Início](#)

- Índia: despejados para a “conservação de tigres”

Com argumentos semelhantes aos de pessoas em áreas de conservação que foram expulsas para a implantação do REDD, como o caso dos sengwers, no Quênia (ver <http://wrm.org.uy/all-campaigns/your-support-in-needed-the-sengwer-people-in-kenya-is-being-forcibly-evicted-from-its-territory/>), várias comunidades indígenas em reservas de tigres da Índia correm risco de despejo iminente de sua terra natal, supostamente para a “conservação de tigres”.

A Survival informou que os khadias, dentro da Reserva de Tigres de Similipal, foram despejados e agora vivem em terríveis condições, sob lonas de plástico, e não receberam a

indenização prometida.

Outras tribos em reservas de tigres em Odisha, no leste da Índia, que têm convivido com a vida selvagem da floresta por gerações, enfrentam o assédio e a pressão dos guardas florestais para que saiam da reserva, apesar do apelo desesperado dos moradores para permanecer em suas terras.

<http://www.survivalinternational.org/news/10239>

[Início](#)

- A vitória sobre os agentes da concentração de terras em Papua-Nova Guiné

O povo da Baía de Collingwood, em Papua-Nova Guiné, reconquistou sua terra que havia sido tomada por madeireiros e empresas de dendê (palma) da Malásia, após uma batalha muito acirrada.

Em 2012, haviam sido emitidos arrendamentos a duas empresas, abrangendo 38.350 hectares. Mais tarde, a empresa malaia de dendê Kuala Lumpur Kepong (KLK), membro da Mesa Redonda da Palma Sustentável (RSPO, na sigla em inglês), em conjunto com a também malaia empresa de investimentos BatuKawan, adquiriu os direitos a essas terras arrendadas através de uma terceira companhia: a Collingwood Bay Plantations.

Em protesto, as comunidades entraram com uma ação no Tribunal Nacional em Port Moresby, que recentemente declarou nulos os arrendamentos e ordenou que o Estado cancelasse os títulos de propriedade. Para a Baía de Collingwood, o tribunal aceitou o argumento de que os proprietários tradicionais das terras nunca deram seu consentimento para que suas terras fossem arrendadas e que as solicitações de arrendamento continham falhas graves.

Em abril de 2013, os proprietários de terras da Baía de Collingwood também haviam apresentado uma queixa formal à RSPO, apontando que o envolvimento da KLK nos arrendamentos violava as regras do órgão. No entanto, a RSPO não tomou nenhuma atitude contra a KLK. A vitória jurídica obtida agora representará um sério constrangimento para a KLK, a BatuKawan e a RSPO.

<http://pngexposed.wordpress.com/2014/05/21/villagers-secure-victory-over-malaysian-land-grabbers-in-papua-new-guinea/>

[Início](#)

- Denúncia e propostas do Movimento dos Afetados por Barragens no Brasil

O Movimento dos Afetados por Barragens da Região do rio Madeira, que reúne centenas de trabalhadores rurais e urbanos, agricultores, pescadores, representantes e líderes de comunidades, reuniu-se em Assembleia Popular no dia 17 de abril passado, em Porto Velho.

Os afetados avaliaram suas lutas diante dos numerosos casos de violação dos direitos humanos causados pela inundação histórica do rio Madeira e a violenta instalação de hidrelétricas no estado de Rondônia. Eles responsabilizaram os acionistas do consórcio

Energia Sustentável do Brasil, responsável pela Usina de Jirau, o consórcio Santo Antônio Energia, responsável pela Usina de Santo Antônio, e o Estado brasileiro.

Mais de 5.000 famílias foram afetadas, mais de 100 milhões de pessoas ficaram sem acesso a água potável, e 12 distritos de Porto Velho e mais de 50 comunidades ao longo do rio Madeira sofrem com a perda de terras, casas, produção, ferramentas de trabalho, equipamentos e outros pertences.

Como resultado do encontro, o Movimento elaborou uma carta pública e propôs uma série de pautas de emergência e estruturais para dar resposta ao dramático momento vivido por Rondônia.

<http://www.mabnacional.org.br/noticia/carta-do-madeira-delibera-es-da-assembl-ia-popular-dos-atingidos>

[Início](#)

- Carta de Macapá dos povos livres da Panamazônia

Entre os dias 28 e 31 de maio de 2014, na cidade de Macapá, Brasil, os povos da região amazônica celebraram o VII Fórum Social Panamazônico.

Cheio de coragem e solidariedade os participantes se comprometeram para lutar pela transformação da Amazônia na terra sem males sonhada por seus avôs, como expressaram na Carta de Macapá.

Leia a carta íntegra em: <http://foropanamazonico.wordpress.com/2014/05/31/carta-de-macapa-os-povos-livres-da-panamazonia-vencerao/>

[Início](#)

RECOMENDADOS

- Licence-to-Launder (Licença para lavar) – Relatório do Greenpeace revela que a plantação de dendezeiros (palma africana) que está sendo desenvolvida pela empresa norte-americana Herakles Farms na região sudoeste de Camarões – uma área de grande biodiversidade, cercada por cinco áreas protegidas – representa uma grave ameaça a florestas e comunidades que dela dependem.

<http://www.greenpeace.org/international/en/publications/Campaign-reports/Forests-Reports/Licence-to-Launder/>

[Início](#)

- Carbon versus food (Carbono versus alimentos) – Estudo de caso sobre o projeto de “compensação de carbono florestal justo”, da empresa francesa Pur Projet, na região de San Martin, Peru. Seu objetivo é fazer com que os créditos de carbono entrem no mercado, inicialmente voluntário. No Peru, a lei de terras dificulta às comunidades camponesas e indígenas a obtenção de seus títulos de propriedade, e mais ainda se os territórios forem declarados áreas protegidas no marco da política nacional de conservação. Sendo assim,

os projetos de “compensação de carbono” agravam esses conflitos pela posse de terras.

Em espanhol, inglês e francês: http://www.amisdelaerre.org/IMG/pdf/brochure_perou_les_amis_de_la_terre_sp_web.pdf

[Inicio](#)

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)
Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês
Editor en jefe: Winfridus Overbeek
Redactora responsable: Raquel Núñez Mutter
Apoyo editorial: Elizabeth Díaz, Flavio Pazos, Teresa Perez

Secretaria Internacional del WRM
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2413 2989 / fax: 598 2410 0985
wrm@wrm.org.uy - <http://www.wrm.org.uy>

